

## DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA/DPF

## Termo de Referência 18/2025

## Informações Básicas

Número do artefato UASG 18/2025 200406-DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA/DPF Editado por MAURICIO PIMENTA MAGALHAES Atualizado em 19/11/2025 14:46 (v 0.10)  
Status ASSINADO

## Outras informações

Categoria II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes Número da Contratação 97/2025 Processo Administrativo 08201.000626/2025-28

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos para o laboratório de genética forense da Polícia Federal e aquisição de insumos dedicados, para os equipamentos que funcionam somente com insumos do mesmo fabricante, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 01- Especificação dos bens pretendidos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<b>Aagitador térmico para laboratório.</b> Agitador mecânico, tipo: orbital; Ajuste: ajuste digital, com painel de controle, programável; Rotação: até 1500 rpm; Temperatura: controle temperatura até 100 ° C; Com temporizador e operação contínua; Componentes: para tubos e microplacas. Observação: Com certificado de calibração para temperatura com data inferior a três meses na ocasião da entrega; Ajuste preciso de temperatura; Com capacidade para um bloco, intercambiável; Parâmetros mínimos de controle e outras necessidades: limites	450711	Unidade	04	28.158,9467	112.635,7868

	<p>de temperatura (0 a 100°C); Incrementos de 0,1°C; Rampa de aquecimento: 6,5° C por minuto; Velocidade de agitação (capaz de atingir a velocidade de 1500 rpm); Incrementos de 10 RPM; Limite de temporização (01min a 99h59min); Precisão: ±0,1°C. Estabilidade: ±0,5°C; Uniformidade: ±0,5°C; Programação: 09 programas de até 06 steps cada; Com termoblocos providos de poços precisos para transferência térmica e com diferentes capacidades de volumes, compatíveis com diversos tubos e microtubos. Deve incluir, obrigatoriamente, os seguintes termoblocos (adaptadores): para microtubos de 1,5 mL (ou de 1,5 a 2,0 mL) / para tubos tipo "Falcon" de 15 mL /para tubos tipo "Falcon" de 50 mL; Acompanha manual de instruções. Equipamento de laboratório totalmente adequado às normas internacionais de segurança. Assistência e suporte técnico permanente no Brasil. Garantia: 12 meses. Voltagem: AC 220V ou b i v o l t automático. Eficiência energética "Classe A", se possível. Apresentação: unidade</p>					
02	<p><b>Fluorímetro digital para DNA e RNA (Equipamento)</b></p> <p>FLUORÍMETRO compacto para detecção fluorescente e altamente sensível de corantes fluorescentes</p>	602842	Equipamento (unidade)	02 Equipamentos	27.401,3050	54.802,6100

especificamente ligados à molécula alvo (ácidos nucleicos, sendo capaz de distinguir entre dsDNA e ssDNA ou RNA intacto ou degradado, mesmo em quantidades extremamente reduzidas ou na presença de contaminantes); Capaz de quantificar amostras tão diluídas quanto 0,1 ng/μL de dsDNA e 5 ng/ μL de RNA (ou até mesmo concentrações inferiores). Com configurações pré-programadas para sistemas de corantes específicos (kits) fluorescentes específicos para o equipamento; Controles fáceis e intuitivos; Calcula a concentração automaticamente; Armazena as últimas leituras e transfere dados para outros dispositivos eletrônicos; Recomendado para NGS; Interface e controles fáceis, simples e intuitivos; Com calculadoras integradas; O equipamento deve ter uma garantia de 12 meses e fornecer assistência técnica com sede em território nacional. Voltagem: AC 220 V ou bivolt. Eficiência energética "Classe A", se possível. Apresentação: unidade.						
---	--	--	--	--	--	--

	<p>* Os itens 02, 03 e 04 deverão ser adquiridos em GRUPO, pois obrigatoriamente os equipamentos e os insumos deverão ser do mesmo fabricante.</p>					
03	<p><b>CONSUMÍVEIS (insumos) para quantificação de DNA através do equipamento Fluorímetro:</b> Kits para detecção altamente sensível (da ordem de 100 picogramas por microlitro, ou seja, equivalente a 0,1 ng por microlitro) de dsDNA; Reagentes e plásticos (microtubos) necessários para a análise de 2000 (duas mil) reações. Poderão ser 2000 reações que trabalhem na faixa de concentração entre 0,1 a 100 ng por microlitro ou, preferencialmente (mas não obrigatório) as 2000 reações divididas em duas faixas de quantificação: <b>a)</b> 500 (quinhentas) reações para uma faixa de quantificação que inclua a série entre 0,1 e 100 ng ; <b>b)</b> 1500 (mil e quinhentas) reações para uma faixa de quantificação que inclua a série entre 5 e 1000 ng de dsDNA. Apresentação: unidade de reação.</p> <p>* Os itens 02, 03 e 04 deverão ser adquiridos em GRUPO, pois obrigatoriamente os equipamentos e os insumos deverão ser do mesmo fabricante.</p>	375722	unidade de reação	Insumos (reagentes e microtubos) para 2000 reações	12,2123	24.424,6000
04	<p><b>CONSUMÍVEIS (insumos) para quantificação de RNA através do</b></p>	376017	unidade de reação	Insumos (reagentes e	11,9008	23.801,6000

	<b>equipamento</b> <b>Fluorímetro:</b>  Kits para detecção altamente sensível (da ordem de 5 ng por microlitro) de RNA; Reagentes e plásticos (microtubos) necessários para a análise de 2000 (duas mil) reações que trabalhe na faixa de concentração que inclua a série entre 5 a 100 ng por microlitro de RNA. Apresentação: unidade de reação.  * Os itens 02, 03 e 04 deverão ser adquiridos em GRUPO, pois obrigatoriamente os equipamentos e os insumos deverão ser do mesmo fabricante.			microtubos) para 2000 reações		
05	<b>Plataforma de extração de DNA forense (Equipamento).</b>  <b>Especificação do equipamento:</b> Plataforma automatizada de extração e isolamento de DNA genômico total de amostras forenses, por meio de partículas magnéticas, utilizando cartuchos de reagentes pré-preenchidos, com capacidade de processamento simultâneo de, no mínimo, 12 amostras. A plataforma deve ter a garantia de 24 meses e fornecer assistência técnica com sede em território nacional. Incluso, a critério da Administração, os serviços de instalação. Especificações elétricas básicas do equipamento: AC 220V	425305	unidade	02	247.660,8633	495.321,7266

	<p>ou bivolt. Eficiência energética "Classe A", se possível. Apresentação: unidade.</p> <p><b>* Os itens 05 e 06 deverão ser adquiridos em GRUPO, pois obrigatoriamente os equipamentos e os insumos deverão ser do mesmo fabricante.</b></p> <p><b>* A critério da Administração, o fabricante ou fornecedor deverá comprovar a efetiva utilização do equipamento em laboratórios forenses no Brasil.</b></p>					
06	<p><b>Reagentes (KITs) de extração e isolamento de DNA Genômico por meio de partículas magnéticas (Insumos), para utilização no equipamento Plataforma de Extração de DNA Forense.</b></p> <p><b>Especificação dos insumos:</b> Kit de extração e isolamento de DNA genômico, por meio de partículas magnéticas, validado para amostras forenses, em suas mais variadas matrizes, para uso na sua respectiva plataforma automatizada, utilizando cartuchos de reagentes pré-preenchidos, incluindo todos os seus respectivos consumíveis e plásticos necessários para o funcionamento pleno, tais como soluções de lise celular, microtubos para o equipamento,</p>	350748	unidade de reação	1500 reações	70,8454	106.268,1000

<p> ponteiros especiais, colunas de centrifugação pós-incubação e plásticos outros diversos. Os ácidos nucleicos purificados com o equipamento e seu respectivo kit poderá ser usado para as devidas e sensíveis detecções analíticas em ensaios posteriores tais como PCR, PCR quantitativa em tempo real, dPCR ou NGS. A montagem (setup) da corrida no equipamento deve ser efetuada de forma rápida e simples, por meio dos seus cartuchos de reagentes pré preenchidos. </p> <p> * Os itens 05 e 06 deverão ser adquiridos em GRUPO, pois obrigatoriamente os equipamentos e os insumos deverão ser do mesmo fabricante. </p>					
--	--	--	--	--	--

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador:

Tabela 02- Estimativas e consumo do órgão gerenciador

Órgão Gerenciador:					
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1	<p> <b>Agitador térmico para laboratório.</b>  Agitador mecânico, tipo: orbital. </p>	Unidade	02	04	04
2	<p> <b>Fluorímetro digital para DNA e RNA (Equipamento)</b> </p>	Unidade	01	02	02 equipamentos
3	<p> <b>CONSUMÍVEIS</b> </p>	Reação	1000 reações	2000 reações	2000 reações

	(insumos) para quantificação de DNA através do equipamento Fluorímetro.				
4	CONSUMÍVEIS (insumos) para quantificação de RNA através do equipamento Fluorímetro.	Reação	1000 reações	2000 reações	2000 reações
5	Plataforma de extração de DNA forense (Equipamento).	unidade	01 equipamento	02	02 equipamentos
6	Reagentes (KITS) de extração e isolamento de DNA Genômico por meio de partículas magnéticas (Insumos).	Reação	750 reações	1500 reações	1500 reações

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme artigo 6, XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, improrrogável, na forma do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O equipamento FLUORÍMETRO DIGITAL PARA DNA e RNA (ITEM 02 DA COMPRA) e também o equipamento PLATAFORMA DE EXTRAÇÃO DE DNA (ITEM 05 DA COMPRA) somente funcionam quando utilizados os respectivos insumos da mesma marca, ou seja, tais equipamentos possuem insumos denominados INSUMOS DEDICADOS. Neste circunstância, se utilizados com insumos diversos de outros fabricantes, poderiam restar danificados e/ou ainda tal situação imprimiria a completa falta de confiabilidade nos resultados, o que é inaceitável considerando o uso forense dos equipamentos em persecuções penais em crimes de competência da Polícia Federal. Como consequência **a aquisição dos equipamentos e seus respectivos insumos dedicados, deverão ser licitados em Grupos.**

1.6.1. Os itens INSUMOS PARA QUANTIFICAÇÃO DE DNA ATRAVÉS DO EQUIPAMENTO FLUORÍMETRO (ITEM 03 DA COMPRA) e INSUMOS PARA QUANTIFICAÇÃO DE RNA ATRAVÉS DO EQUIPAMENTO FLUORÍMETRO (ITEM 04 DA COMPRA) correspondem aos insumos dedicados ao equipamento FLUORÍMETRO (ITEM 02 DA COMPRA). Portanto o **GRUPO I DA AQUISIÇÃO corresponde aos ITENS DA COMPRA 02, 03 e 04.**

1.6.2. O item INSUMOS DE EXTRAÇÃO E ISOLAMENTO DE DNA GENÔMICO POR MEIO DE PARTÍCULAS MAGNÉTICAS (ITEM 06 DA COMPRA) corresponde aos insumos dedicados do equipamento PLATAFORMA DE EXTRAÇÃO DE DNA (ITEM 05 DA COMPRA). Portanto o **GRUPO II DA AQUISIÇÃO corresponde aos ITENS DA COMPRA 05 e 06.**



## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada a seguir, bem como em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.1. O laboratório de genética forense estabelecido na Diretoria Técnico-Científica-DITEC, é o único desta natureza no âmbito da Polícia Federal e atende as demandas de todas as descentralizadas (superintendências e delegacias) do país, além de demandas estaduais mediadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública-SENASP, principalmente relacionadas à crimes sexuais. Ademais, realiza a identificação genética de espécies relacionadas à crimes ambientais dentre outras diversas demandas provenientes de outros órgãos federais. Cabe salientar que nos últimos anos, a demanda por análises genéticas relacionadas a crimes de competência da Polícia Federal e relacionados, experimentou aumento vertiginoso.

2.1.2. IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA: em função das deficiências relativas ao parque instrumental, ou seja, do rol de equipamentos atualmente instalados, objetivamente é notada a probabilidade crescente de solução de continuidade do fluxo de análises e da diminuição da capacidade de resposta do laboratório. Tais deficiências se refletem na quantidade insuficiente de equipamentos estratégicos e periféricos, bem como problemas apresentados em função do desgaste pelo uso constante e por obsolescência que refletem crescente ineficiência e lentidão no processamento de vestígios. O rol de equipamentos atualmente instalados no laboratório de genética forense, encontra-se deficitário para atender a crescente demanda.

2.1.3. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE: Aquisições de novos equipamentos estratégicos (diretamente envolvidos nas análises genéticas) e periféricos (que preparam as amostras para processamento nos equipamentos estratégicos), visando suprir carências detectadas em nosso parque instrumental, agregando maior quantitativo ou mesmo substituindo equipamentos já desgastados e/ou obsoletos com o uso e com o tempo, e ainda repondo equipamentos inoperantes e de manutenção economicamente desvantajosas.

2.1.4. OBJETIVO DA AQUISIÇÃO: aumentar a celeridade no processamento de vestígios biológicos e a capacidade de resposta do laboratório, mantendo a confiabilidade dos exames frente ao aumento exponencial de demandas em perícias genéticas. Mitigar a probabilidade de interrupção no fluxo de análises genéticas por motivos logísticos relacionados ao parque instrumental instalado no laboratório. Ainda, as tecnologias na área de genética progridem de forma célere. Neste sentido, os equipamentos que serão adquiridos são coadjuvantes para implementação de sequenciamento genético de nova geração, viabilizando a modernização do setor, tornando-o semelhante aos seus homólogos internacionais.

2.1.5. Esta aquisição visa também adquirir insumos específicos juntamente a dois dos equipamentos aqui planejados (Fluorímetro e Plataforma automatizada de Extração de DNA Forense), visando atender situação particular do funcionamento interdependente das máquinas e de seus reagentes correlatos, ou seja, equipamentos que funcionam de forma adequada, somente com reagentes da mesma marca (insumos dedicados). Impende destacar, inclusive, que um destes equipamentos (Plataforma automatizada de extração de DNA e seus insumos) é um item estratégico e crítico para o laboratório dada a necessidade e sua relevância para as etapas iniciais dos exames genéticos.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000016/2025

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2024

III) Id do item no PCA: 144

VI) Classe/Grupo: 6640- EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE LABORATÓRIO

V) Identificador da Futura Contratação: 200406-89/2025

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada a seguir, bem como em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência. A solução como um todo refere-se ao conjunto dos elementos necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade da contratante:

3.1.1 Aquisição de 04 (quatro) unidades do equipamento AGITADOR TÉRMICO PARA LABORATÓRIO sem a necessidade de insumos correlatos. Aquisição de 02 (dois) equipamentos FLUORÍMETRO DIGITAL com insumos correlatos para o quantitativo de 2000 (duas mil) reações para DNA e 2000 (duas mil) reações para RNA. Aquisição de 02 (dois) equipamentos PLATAFORMA DE EXTRAÇÃO DE DNA FORENSE com insumos correlatos para o quantitativo de 1500 (mil e quinhentas) reações;

3.1.2 Entrega e instalação dos equipamentos pelos técnicos das contratadas, acompanhados de servidores do setor demandante SEPGEF/DPLAD/INC//DITEC/PF;

3.1.2.1. Os serviços de instalação serão a critério da Administração, considerando que alguns equipamentos de laboratório são "*plug and play*" e não demandam instalação especializada. Ainda, a equipe do setor demandante já possui familiaridade com a conexão e operacionalização dos modelos de equipamentos.

3.1.3. Para o atingimento da solução completa, todos os três modelos de equipamentos e respectivos insumos correlatos, deverão ser adquiridos num mesmo momento e também deverão entrar em operação simultaneamente.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os impactos ambientais mais relevantes relacionados a esta aquisição, seriam dos processos produtivos de fabricação dos equipamentos e insumos, que são alheios ao controle da Contratante. Entretanto, seguem alguns requisitos de contratação relacionados a sustentabilidade ambiental, que serão aplicados somente quando puderem ser atendidos sem que prejudique a ampla concorrência:

4.1.1.2. CRITÉRIO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: trata-se de equipamentos de laboratório de grande especificidade e que talvez não possuam classificação de eficiência energética. Entretanto, tal critério consta na descrição, visando aquisição de equipamentos que ofereçam menor consumo energético.

4.1.1.3. BAIXO CONSUMO DE RECURSOS/REAGENTES: Preferência por modelos de equipamentos possuam maior eficiência com menor consumo de reagentes e menor geração de resíduos.

4.1.1.4. DURABILIDADE, ROBUSTEZ E VIDA ÚTIL: Preferência por equipamentos de construção mais robusta e maior vida útil. Ainda, equipamentos que possuam peças substituíveis e com possibilidade de atualização de softwares.

4.1.1.5. MATÉRIAS PRIMAS SUSTENTÁVEIS: Preferência por equipamentos manufaturados com materiais recicláveis ou reciclados, desde que não interfira negativamente no funcionamento para os fins propostos.

4.1.1.6. EMISSÃO DE POLUENTES: Preferência para equipamentos com menor emissão de ruídos ou outras substâncias prejudiciais ao meio ambiente.

4.1.1.7. ACONDICIONAMENTO: os equipamentos e insumos, preferencialmente deverão ser acondicionados em embalagem com o menor volume possível, utilizando de preferência, materiais recicláveis;

4.1.1.8. DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS: Caso houver a necessidade de montagem e instalação dos equipamentos, a contratada deverá dar destinação ambientalmente correta para os resíduos gerados por estas atividades;

4.1.1.9. NÍVEIS DE SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS/TÓXICAS/POLUENTES: Os insumos, preferencialmente não deverão conter substâncias perigosas/tóxicas/poluente em concentração acima da recomendada em legislações nacionais vigentes;

4.1.1.10. INSTRUÇÕES: fornecer, se houverem, instruções que visem a economia/otimização/eficiência na utilização dos equipamentos e insumos.

4.1.2. Ainda, sobre a sustentabilidade, algumas condutas do setor demandante poderão mitigar os impactos ambientais sobre o uso dos equipamentos e insumos, considerando o ciclo de vida do objeto:

4.1.2.1. DESCARTE DE INSUMOS QUÍMICOS E PLÁSTICOS: A utilização dos equipamentos se valem de diversos insumos em grandezas da ordem de microlitros, o que oferece impacto ambiental extremamente reduzido. Ademais, são utilizados também, EPIs (equipamentos de proteção individual) tais com luvas, toucas, etc e ainda, itens plásticos como recipientes, microtubos etc. O laboratório deste setor demandante, já realiza a disposição e o descarte adequado tanto dos insumos líquidos e sólidos utilizados nas análises, na condição de lixo biológico/hospitalar.

4.1.2.2. BOAS PRÁTICAS DA ROTINA LABORATORIAL: Reorganização das rotinas laboratoriais, otimizando o uso dos equipamentos a capacidade máxima de operacionalização, perfazendo menor número de ciclos de funcionamento, visando economia energética e de insumos descartáveis.

4.1.2.3. DESFAZIMENTO: De acordo com o Guia de Contratações sustentáveis, este setor demandante poderá realizar futuras comunicações/anúncios no canal oficial do governo para desfazimento dos equipamento quando se tornar obsoleto ou inoperante ou de manutenção economicamente inviável, através do Sistema de Doações do Governo Federal (<https://doacoes.gov.br/>), oportunizando que outras instituições públicas se utilizem dos equipamentos para outros fins.

## **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões aqui relacionadas:

4.3.1. À época do recebimento provisório, serão realizados testes de funcionamento do equipamentos e de compatibilidade dos produtos frente às exigências expostas no descritivo da Tabela 1 deste Termo de referência. Somente após aprovação nos testes, ocorrerão os recebimentos definitivos e posteriormente, os efetivos pagamentos.

#### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte**

4.4. Na presente licitação, quando cabível, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.4.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal .

4.4.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.4.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

4.4.3.1. O ITEM 01 DA COMPRA é item divisível e possui valor de referência superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), entretanto, não serão aplicadas as cotas de até 25% para microempresas e empresas de pequeno porte previstas no artigo 8º do Decreto n. 8.538. A justificativa para não aplicação é a limitação operacional do sistema Comprasnet tornando inviável o desdobramento da IRP, conforme esclarecimentos fornecidos no tópico 4.3 do Estudo Técnico Preliminar.

4.4.3.2. O GRUPO I DA AQUISIÇÃO (ITENS DA COMPRA 02, 03, 04) compreende em equipamento FLUORÍMETRO e seus respectivos insumos dedicados. Não são itens divisíveis e ainda são completamente interdependentes, pois o equipamento funciona somente com insumos da mesma marca (insumos dedicados). A soma dos valores de referência destes três itens é superior a R\$ 80.000,00 o que em tese, caberia cota reservada de 25% do quantitativo para microempresas e empresas de pequeno porte.

4.4.3.2.1. Entretanto, no caso concreto, os descritivos e especificidades pretendidas do equipamento, a confiabilidade, sensibilidade e precisão necessárias ao uso forense, demonstraram a tendência de limitação de mercado em empresas de grande porte especializadas em ciências da vida e que fornecem o modelo de equipamento com as funcionalidades desejadas. Neste sentido, a reserva de cota para ME /EPP poderia trazer prejuízos ao objeto pretendido. Ainda, por questões práticas, considerando o quantitativo total de somente duas unidades de equipamento, não é possível a reserva de cota no percentual de até 25% como preconiza o normativo.

4.4.3.2.2. Portanto, objetivamente invoca-se o §4º do Art. 8 do Decreto n. 8.538, de 2015 " **§ 4º - Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente**". Ainda, a Lei Complementar 123 de dezembro de 2006, em seu inciso III do artigo 49, e também o inciso II do Art. 10 do Decreto 8.538 de 2015 afastam a aplicabilidade da cota reservada aplicável ao caso: " **o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado**".

4.4.3.3. O GRUPO II DA AQUISIÇÃO (ITENS DA COMPRA 05 e 06) compreende o equipamento PLATAFORMA DE EXTRAÇÃO DE DNA e seus respectivos insumos (insumos dedicados). Não são itens divisíveis e a soma dos valores de referência destes três itens é superior a R\$ 80.000,00 o que em tese, caberia cota reservada de 25% do quantitativo.

4.4.3.3.1. O mercado de plataformas automatizadas para extração de DNA para fins forenses, possui mercado mundialmente restrito em poucas empresas multinacionais de grande porte quem possuem

representação no Brasil e que possuem segmentos específicos para equipamentos para uso forense. Tal cenário, s.m.j inviabiliza a concorrência de ME/EPP. Também no caso, ressalta-se a impossibilidade de ordem prática em reservar o percentual de 25% do quantitativo, considerando a pretensão de aquisição de duas unidades do equipamento.

4.4.3.3.2. Portanto também cabe afastar a cota reservada pelo exposto no §4º do Art. 8 do Decreto n. 8.538 de 2015 bem como pelo inciso III do artigo 49 da Lei Complementar 123 de dezembro de 2006 e ainda pelo inciso II do Art. 10 do Decreto 8.538 de 2015.

### **Margem de Preferência**

4.5. O objeto da contratação, no que se refere ao ITEM 01 DA COMPRA (equipamento Agitador Térmico) para qual existem fabricantes nacionais (mas com a possibilidade de não atenderem ao descritivo e funcionalidades exigidas no Termo de Referência), enquadram-se na margem de preferência normal de até 10%, prevista no artigo 3º do Decreto n.º11.890/2024, conforme disposto na Resolução n.º 8, de 31 de março de 2025 (linha 8479.82) da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

4.6. Em relação aos ITENS 02, 03 e 04 (equipamento Fluorímetro e respectivos insumos dedicados) que formam o GRUPO I DA COMPRA, para qual existem fabricantes nacionais (mas com a possibilidade de não atenderem ao descritivo e funcionalidades exigidas no Termo de Referência), enquadram-se na margem de preferência normal de até 10%, prevista no artigo 3º do Decreto n.º11.890/2024, conforme disposto na Resolução n.º 8, de 31 de março de 2025 (linha 9032.89.30) da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

4.7. Quanto aos itens 05 e 06 (equipamento Plataforma Automatizada de Extração de DNA e respectivos insumos dedicados), não existem fabricantes nacionais, portanto, não se aplica margem de preferência.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 120 (cento e vinte) dias, contados do(a) data da assinatura do contrato, **em remessa única.**

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Edifício da Diretoria Técnico-Científica, localizado no Setor de Áreas Isoladas Sul-SAIS - Quadra 07 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília – DF, CEP 70610-200. Entrega somente em dias úteis de 09:00-12:00 e 14:00-17:00hs, conforme agendamento prévio com a Contratante.

5.4. No caso de produtos perecíveis, o **prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo fabricante.**

5.4.2. O prazo de 2/3 (dois terços) poderá ser flexibilizado à menor, pela Contratante, considerando a urgência e necessidade de uso na rotina laboratorial.

5.4.3. Caso seja identificado, anteriormente à entrega, itens com validade inferior a 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo fabricante, a contratada deverá consultar previamente a contratante com 10 dias de antecedência, sobre a possibilidade de entrega de itens.

5.4.4. Itens entregues fora do prazo de validade constante no subitem anterior, sem a prévia consulta ao contratante, poderão ser automaticamente rejeitados no momento da entrega.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, **contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.**

5.5.1. A exigência da garantia contratual se faz necessária em função do alto valor agregado de alguns equipamentos, considerando que a presente contratação não contempla as manutenções preventivas /corretivas, e portanto, visa mitigar o risco de solução de continuidade das atividades do laboratório até o prazo de elaboração de outra contratação para serviços de manutenção.

5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.13. Durante o período de reparo dos bens, a critério da Administração e a depender da capacidade de operacionalização do contratado, este, deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade das atividades laboratoriais durante a execução dos reparos.

5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.15. As manutenções e as assistências técnicas fornecidas na vigência da garantia, deverão, quando possível, sempre serem realizadas no local onde os equipamentos estão instalados. Em situação adversa, o custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, mediante confirmação de recebimento.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9.1. Caso o fiscal técnico não possua a capacitação para realizar/ avaliar os testes de funcionamento em algum dos modelos de equipamentos pretendidos, bem como averiguar a compatibilidade dos equipamentos recebidos com os descritivos e exigências expostas na Tabela 1 deste Termo de Referência, deverá ser designado, pelo chefe do setor demandante, um servidor apto para tais funções e que deverá registrar os resultados por escrito, subsidiando a equipe de contratação para fins de aprovação; recebimento provisório /definitivo e atesto de instrumentos de cobrança.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.17. As atribuições de fiscalização e gestão acima especificadas poderão ser atribuídas à Comissão de Fiscalização e Recebimento designada pela autoridade competente da Diretoria Técnico-Científica DITEC/PF

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,08 (oito centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.2. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) até 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de até 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de até 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de até 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.3.1. Caso o equipamento por qualquer motivo, não esteja apto a pronto uso ou não seja "plug and play" e necessitar de instalação especializada pela contratada, o prazo do subitem anterior para o recebimento definitivo será iniciado no dia útil subsequente à instalação.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condições para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Após o recebimento definitivo, correrá o prazo de até dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO SRP (REGISTRO DE PREÇOS), sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.1.1. Os itens 02; 03 e 04 da Tabela 1 deste Termo de Referência deverão ser adquiridos em grupo (GRUPO I), tendo em vista os esclarecimentos contidos no subitem 1.10 e na própria Tabela 1. Portanto, será adotado o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR GRUPO**.

9.1.2. O mesmo ocorre em relação aos itens 05 e 06 que deverão ser adquiridos em grupo (GRUPO II). Portanto, para estes itens, será adotado o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR GRUPO**.

### Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral, não havendo entrega programada para nenhum dos itens.

### Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços (Mapa de Preços) anexa ao edital e tabela constante no item 10 deste Termo de Referência.

### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), a critério da Administração, poderá ser exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% (cinco) do valor total estimado da contratação.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## Qualificação Técnica

9.31. Apresentação do Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

9.31.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.32. A critério da Administração, comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. Os atestados deverão comprovar capacidade de fornecer equipamentos e insumos de mesma complexidade tecnológica ou superior.

9.32.1.2. Os atestados deverão comprovar capacidade de fornecer equipamentos e insumos no quantitativos previstos na tabela constante no item 1 deste Termo de Referência.



9.32.1.3. Os atestados devem se referir a contratos já concluídos ou, se em execução, devem expressar somente os quantitativos efetivamente fornecidos até o momento da expedição do atestado e desde que o cumprimento do objeto tenha sido iniciada a pelo menos 6 meses.

9.32.1.4. Os atestados devem comprovar o cumprimento de prazos para contratos pretéritos com a Administração pública ou entes privados.

9.32.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 817.254,4234 (Oitocentos e dezessete mil duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na Tabela 02- Memória de cálculo, a seguir:

Tabela 03- Memória de cálculo

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO
	<b>Aagitador Térmico para laboratório (equipamento)</b>

01	Quantidade prevista: 04	
	Cotação 01 Cnpj: 030109370001-36	Valor cotado = R\$ 24.655,0700 Valor unitário de um equipamento = R\$ 24.655,0700 Quantidade: 04 Valor requerido = <b>R\$ 73.965,2100</b>
	Cotação 02 Cnpj: 51.462.471/0001-52	Valor cotado = R\$ 27.145,7700 Valor unitário de um equipamento = R\$ 27.145,7700 Quantidade: 04 Valor requerido = <b>R\$ 81.437,3100</b>
	Cotação 03 Cnpj: 46.387.973/0001-26	Valor cotado = R\$ 32.676,0000 Valor unitário de um equipamento = R\$ 32.676,0000 Quantidade: 04 Valor requerido = <b>R\$ 98.028,0000</b>
	MÉDIA	Unitária: <b>R\$ 28.158,9467</b> Geral: <b>R\$ 112.635,7867</b>
02	<b>Fluorímetro digital para DNA (Equipamento)</b>  * Para este item, somente duas propostas com equipamentos que suprem o descritivo do item. Para ambos os fornecedores, os equipamentos estão sob nome de pacote inicial (starter package) que contem amostras de insumo para iniciação do equipamento.  Quantidade de equipamentos previstos: 02	
	Cotação 01 Cnpj: 11.909.227/0001-70	Pacote Inicial (QUANTUS NGS STARTER PACKAGE código E5150) Valor cotado de dois Starters Packages = R\$ 34.060,0000 Valor unitário de um Starter Package = R\$ 17.030,0000 Quantidade: 02 Valor requerido = <b>R\$ 34.060,0000</b>
	Cotação 02 Cnpj: 63.067.904/0005-88	Pacote Inicial QUBIT 4 NGS STARTER KIT WIFI código Q33240) Valor cotado de dois Starters Packages = R\$ 75.545,2200 Valor unitário de um Starter Package = R\$ 37.772,6100 Quantidade: 02 Valor requerido = <b>R\$ 75.545,2200</b>

	MÉDIA	Unitária: <b>R\$ 27.401,3050</b>  Geral: <b>R\$ 54.802,6100</b>
	<p><b>CONSUMÍVEIS (insumos) para quantificação de DNA através do equipamento Fluorímetro</b></p> <p>Insumos necessários para a quantificação de 2000 reações de DNA no equipamento Fluorímetro. As duas mil reações, preferencialmente (mas não obrigatório), deverão estar divididas em duas faixas de quantificação:</p> <p><b>a)</b> 500 (quinhentas) reações na faixa de quantificação que inclua a série entre 0,1 e 100 ng de dsDNA;</p> <p><b>b)</b> 1500 (mil e quinhentas) reações na faixa de quantificação que inclua a série entre 5 e 1000 ng de dsDNA.</p> <p>Quantidade: 2000 reações</p>	
	<p>Cotação 01</p> <p>Cnpj: 11.909.227/0001-70</p>	<p><b>CARACTERÍSTICA DO INSUMO:</b> Para este fornecedor, o kit QUANTIFLUOR dsDNA SYSTEM (Código E2670) trabalha nas duas faixas de quantificação previstas na descrição deste item da aquisição: (0,1 e 100 ng) e (5 e 1000 ng) de dsDNA.</p> <p><b>TODO O NECESSÁRIO PARA REALIZAR UMA UNIDADE DE REAÇÃO:</b> uma unidade do reagente (código E2670) + uma unidade de tubo (código E4941).</p> <p><b>A) REAGENTE (CÓDIGO E2670):</b>  VALOR COTADO PARA REAGENTE (CÓDIGO E2670) = R\$ 3.104,07 (2000 reações)  VALOR UNITÁRIO DO REAGENTE= 3.104,07/2000 = <b>R\$ 1,5520</b>  QUANTIDADE = 2000 reações  VALOR REQUERIDO = <b>3.104,07 (para 2000 reações)</b></p> <p><b>B) TUBOS PARA AS REAÇÕES (CÓDIGO E4941):</b>  VALOR COTADO (sem IPI) = R\$ 55.040,80 (para 80 embalagens, 50 tubos cada )    VALOR COTADO (incluso 10% de IPI)= R\$ 55.040,80 + R\$ 5.504,08 = R\$ 60.544,88    VALOR DE UMA EMBALAGEM (50 tubos,cada) = R\$ 60.544,88/80 = R\$ 756,8110    VALOR UNITÁRIO DO TUBO= R\$ 756,8110 /50 = <b>R\$ 15,1362</b>  QUANTIDADE = 2000 tubos  VALOR REQUERIDO = <b>30.272,4400 (para 2000 tubos)</b></p> <p><b>VALOR UNITÁRIO DE UMA REAÇÃO = 1,5520 + 15,1362 = 16,6883</b></p> <p><b>VALOR TOTAL DE 2000 REAÇÕES = 16,6883 X 2000 = R\$ 33.376,6000</b></p>

Cotação 02

Cnpj: 63.067.904/0005-88

**CARACTERÍSTICA DOS INSUMOS:** Diferentemente do outro fornecedor, para este fornecedor, existem dois reagentes que trabalham respectivamente nas duas diferentes faixas de quantificação previstas na especificação deste item da aquisição:

1) Kit QUBIT DS DNA HS 500 ASSAYS (CÓDIGO Q33231) trabalha na faixa de quantificação (0,1 e 100 ng). Para este reagente a demanda da aquisição é para 500 reações.

2) Kit QUBIT DSDNA BR 500 ASSAYS (CÓDIGO Q33266) trabalha na faixa de quantificação (5 e 1000 ng). Para este reagente a demanda da aquisição é para 1500 reações.

**TODO O NECESSÁRIO PARA UMA REAÇÃO COM REAGENTE (CÓDIGO Q33231):** uma unidade do reagente (código Q33231) + uma unidade de tubo (código Q32856):

**A) REAGENTE (CÓDIGO Q33231)**

VALOR COTADO = R\$ 2.995,32 (01 kit, 500 reações, cada)

VALOR UNITÁRIO DO KIT (500 reações, cada) = R\$ 2.995,32

VALOR UNITÁRIO DO REAGENTE= R\$ 2.995,32 / 500 reações= **R\$ 5,9906**

QUANTIDADE = 500 reações na faixa de quantificação (0,1 e 100 ng)

VALOR REQUERIDO PARA 500 REAÇÕES = **R\$ 2.995,32**

**B) TUBOS (CÓDIGO Q32856) PARA USO COM O REAGENTE (CÓDIGO Q33231)**

VALOR COTADO (incluso 9,75% IPI) = R\$ 6.898,01 (08 embalagens, 500 tubos cada)

VALOR DE UMA EMBALAGEM (500 tubos, cada) = R\$ 6.898,01/8 = R\$ 862,2513

VALOR UNITÁRIO DO TUBO = R\$ R\$ 862,2513 / 500 = **1,7245**

QUANTIDADE: 500 tubos (01 embalagem)

VALOR REQUERIDO (500 TUBOS, 01 embalagem) = 1,7245 x 500 = **R\$ 862,2513**

# VALOR DE UMA UNIDADE DE REAÇÃO = R\$ 5,9906 + R\$ 1,7245 = **R\$ 7,7151**

# VALOR TOTAL 500 REAÇÕES = R\$ 2.995,3200 + R\$ 862,2513 = **R\$ 3.857,5713**

**TODO O NECESSÁRIO PARA UMA REAÇÃO COM REAGENTE (CÓDIGO Q33266):** uma unidade do reagente (código Q33266) + uma unidade de tubo (código Q32856).

**C) REAGENTE (CÓDIGO Q33266)**

VALOR COTADO = R\$ 9.028,14 (3 kits com 500 reações cada; total 1500 reações)

VALOR UNITÁRIO DO KIT (500 reações, cada) = R\$ 3.009,3800

VALOR UNITÁRIO DO REAGENTE= = R\$ 3.009,3800/ 500 reações= **R\$**

**6,0188**

QUANTIDADE = 1500 reações na faixa de quantificação (5 e 1000 ng)

VALOR REQUERIDO = **R\$ 9.028,1400**

**D) TUBOS (CÓDIGO Q32856) PARA USO COM O REAGENTE (CÓDIGO Q33266)**

VALOR COTADO (incluso IPI 9,75% IPI) = R\$ 6.898,01 (08 embalagens, 4000 tubos)

VALOR DE UMA EMBALAGEM (500 tubos,cada) = R\$ 6.898,01/8 = R\$ 862,2513

VALOR UNITÁRIO DO TUBO = R\$ R\$ 862,2513 / 500 = **1,7245**

QUANTIDADE: 1500 tubos (03 embalagens)

VALOR REQUERIDO (1500 TUBOS, 03 embalagens) = 1,7245 x 1500 = **R\$ 2.586,7539**

# VALOR DE UMA UNIDADE DE REAÇÃO = R\$ 6,0188 + R\$ 1,7245 = **R\$ 7,7433**

# VALOR TOTAL 1500 REAÇÕES = R\$ 9.028,1400 + R\$ 2.586,7539 = **R\$ 11.614,8939**

**VALOR UNITÁRIO DE UMA REAÇÃO (UNIFICADOS REAGENTES Q33231 e Q33266):**

Considerando que cada um dos reagentes (códigos Q33231 e Q33266) perfazem proporções diferentes do total de 2000 reações requeridas (o primeiro, 500 reações e o segundo 1500 reações), o valor unitário unificando os dois reagentes somente pode ser obtido através de média aritmética ponderada que considera esta particularidade quantitativa para cada um dos reagentes. Logo, a média ponderada será: (Valor de uma reação do insumo de código Q33231 X Número de reações demandadas para este insumo) + (Valor de uma reação do insumo de código Q33266 X Número de reações demandadas para este insumo), tudo isso, dividido pelo total de 2000 reações =  $(7,7151 \times 500) + (7,7433 \times 1500) / 2000 = R\$ 3.857,5713 + 11.614,8939 / 2000 = R\$ 15.472,46 / 2000 = R\$ 7,7362$

**VALOR TOTAL DE 2000 REAÇÕES REQUERIDAS (UNIFICADOS REAGENTES Q33231 e Q33266):** R\$ 7,7362 X 2000 = **R\$ 15.472,4000**

MÉDIA

Unitária: **R\$ 12,2123**

Geral: **R\$ 24.424,6000**

**CONSUMÍVEIS (insumos) para quantificação de RNA através do equipamento Fluorímetro:**

Kits para detecção altamente sensível (da ordem de 5 ng por microlitro) de RNA, incluindo reagentes e plásticos (microtubos) necessários para a análise de 2000 (duas mil) reações que trabalhe na faixa de concentração que inclua a série entre 5 a 100 ng por microlitro de RNA.

Quantidade: 2000 reações

**CARACTERÍSTICA DO INSUMO:** Para este fornecedor, o kit QUANTIFLUOR RNA SYSTEM (Código E3310) trabalha na faixa de concentração (5 e 100 ng) de RNA solicitada pelo descritivo do item.

04

Cotação 01

Cnpj: 11.909.227/0001-70

**TODO O NECESSÁRIO PARA REALIZAR UMA UNIDADE DE REAÇÃO:**  
uma unidade do reagente (código E3310) + uma unidade de tubo (código E4941).

**A) REAGENTE (CÓDIGO E3310):**

VALOR COTADO = R\$ 2.603,31 (um kit suficiente para 2000 reações)

VALOR UNITÁRIO DO KIT (2000 reações, cada) = R\$ 2.603,31

VALOR UNITÁRIO DO REAGENTE= 2.603,31/2000= **R\$ 1,3017**

QUANTIDADE = 2000 reações

VALOR REQUERIDO = **2.603,3100**

**B) TUBOS PARA AS REAÇÕES (CÓDIGO E4941):**

VALOR COTADO (sem IPI) = R\$ 55.040,80 (para 80 embalagens, 50 tubos, cada)

VALOR COTADO (incluso 10% de IPI)= R\$ 55.040,80 + R\$ 5.504,08 = R\$ 60.544,88

VALOR UNITÁRIO DA EMBALAGEM = R\$ 60.544,88 / 80 = R\$ 756,8110

VALOR UNITÁRIO DO TUBO= R\$ 756,8110 / 50 = **R\$ 15,1362**

QUANTIDADE = 2000 tubos

VALOR REQUERIDO = **30.272,4400 (para 2000 tubos)**

**VALOR UNITÁRIO DE UMA REAÇÃO = 1,3017 + 15,1362 = 16,4379**

**VALOR TOTAL DE 2000 REAÇÕES = 16,4379 X 2000 = R\$ 32.875,8000**

Cotação 02

Cnpj: 63.067.904/0005-88

**CARACTERÍSTICA DO INSUMO:** Para este fornecedor, o kit QUBIT RNA XR KIT 500 ASSAYS (Código Q33224) trabalha na faixa de concentração (5 e 100 ng) de RNA solicitada pelo descritivo do item.

**TODO O NECESSÁRIO PARA REALIZAR UMA UNIDADE DE REAÇÃO:**  
uma unidade do reagente (código Q33224) + uma unidade de tubo (código Q32856).

**A) REAGENTE (CÓDIGO Q33224):**

VALOR COTADO = R\$ 11.278,12 (04 kits de 500 reações cada, total 2000 reações)

VALOR UNITÁRIO DO KIT (500 reações, cada) = R\$ 2.819,53

VALOR UNITÁRIO DA REAÇÃO= 2.819,53/500= **R\$ 5,6391**

QUANTIDADE = 2000 reações

VALOR REQUERIDO = 5,6391 X 2000 = R\$ 11.278,1200 (para 2000 reações)

**B) TUBOS PARA AS REAÇÕES (CÓDIGO Q32856):**

VALOR COTADO = R\$ 6.898,01 (Valor com IPI, 8 embalagens com 500 tubos, cada )

VALOR UNITÁRIO DA EMBALAGEM (Valor com IPI) = R\$ 862,2513

VALOR UNITÁRIO DO TUBO= R\$ 862,2513 / 500 = **R\$ 1,7245**

QUANTIDADE = 2000 tubos

VALOR REQUERIDO = **R\$ 1,7245 x 2000 = R\$ 3.449,0050** (para 2000 tubos)

**VALOR UNITÁRIO DE UMA REAÇÃO = 5,6391 + 1,7245 = 7,3636**

		<b>VALOR TOTAL DE 2000 REAÇÕES = 7,3636 X 2000 = R\$ 14.727,2000</b>
	MÉDIA	<b>Unitária: R\$ 11,9008</b> <b>Geral: R\$ 23.801,6000</b>
<b>05</b>	<b>Plataforma de extração de DNA forense (Equipamento)</b> Quantidade de equipamentos previstos: 02	
	Cotação 01 Cnpj: 11.909.227/0001-70	Valor cotado = R\$ 382.313,1400 (02 equipamentos) Valor unitário de um equipamento = R\$ 191.156,5700 Quantidade: 02 Valor requerido = <b>R\$ 382.313,1400</b>
	Cotação 02 Cnpj: 63.067.904/0005-88	Valor cotado = R\$ 591.452,04 (02 equipamentos) Valor unitário de um equipamento = R\$ 295.726,0200 Quantidade: 02 Valor requerido = <b>R\$ 591.452,0400</b>
	Cotação 03 Cnpj: 01.334.250/0003-92	Valor cotado = R\$ 512.200,00 (02 equipamentos) Valor unitário de um equipamento = R\$ 256.100,0000 Quantidade: 02 Valor requerido = <b>R\$ 512.200,0000</b>
	MÉDIA	<b>Unitária: R\$ 247.660,8633</b> <b>Geral: R\$ 495.321,7266</b>
	<b>Reagentes (KITs) de extração e isolamento de DNA Genômico por meio de partículas magnéticas (Insumos) para utilização no equipamento Plataforma de extração de DNA forense.</b> Quantidade de insumos (reações) previstas: 1500 reações	
		<b>CARACTERÍSTICAS DOS INSUMOS:</b> Para este fornecedor, a realização de uma unidade de reação somente é atingida com o somatório de uma unidade de quatro diferentes insumos: <b>uma unidade do INSUMO A</b> (Maxwell FSC DNA IQ Casework Kit- código AS1550) + <b>Uma unidade do INSUMO B</b> (Casework Extraction kit 100 reactions – código DC6745) + <b>Uma unidade do INSUMO C</b> (DNA IQ Spin Baskets (cestas)- código V1225) + <b>Uma unidade do INSUMO D</b> (ClickFit Microtube 1.5ml – código V4745). Juntos, uma unidade de cada um destes quatro insumos, perfazem uma unidade de reação completa.

Cotação 01

Cnpj: 11.909.227/0001-70

### 1) INSUMO A (Maxwell FSC DNA IQ Casework Kit- código AS1550)

VALOR COTADO = R\$ 63.344,00 (32 Kits, com 48 reações, cada)  
 VALOR UNITÁRIO DO KIT = R\$ 1.979,50 (48 reações)  
 VALOR UNITÁRIO POR REAÇÃO = R\$ 1.979,50 ÷ 48 = **R\$ 41,2396**  
 QUANTIDADE DE REAÇÕES: 1500  
 VALOR TOTAL PARA 1500 REAÇÕES = 41,2396 x 1500 = R\$ 61.859,3750

**\* o valor encontrado (R\$ 61.85918409,35,3750) é menor que o valor cotado na proposta comercial (R\$ 63.344,00)** porque a quantidade de reações desejadas (1500) não é divisível pela apresentação do produto, que é 48 reações. O quantitativo de 31 kits multiplicado pela apresentação de 48 reações = 1488 reações. O fornecedor não fraciona o produto, portanto para atender 1500 reações, foram demandados 32 kits, no valor de R\$ 63.344,00. Portanto, o valor de R\$ 61.859,3750 é para as exatas 1500 reações previstas na aquisição.

### 2) INSUMO B (Casework Extraction kit 100 reactions – código DC6745)

VALOR COTADO = R\$ 18.409,35 (15 Kits, 100 reações cada)  
 VALOR UNITÁRIO DO KIT = R\$ 1.227,29 (100 reações)  
 VALOR UNITÁRIO POR REAÇÃO = R\$ 1.227,29 ÷ 100 = **R\$ 12,2729**  
 VALOR TOTAL PARA 1500 REAÇÕES = R\$ 12,2729 x 1500 = R\$ 18.409,3500

### 3) INSUMO C (DNA IQ Spin Baskets -cestas- código V1225)

VALOR COTADO (sem imposto IPI) = R\$ 22.598,40 (30 embalagens com 50 cestas, cada)  
 VALOR UNITÁRIO EMBALAGEM (sem imposto IPI) = R\$ 753,2800 (50 cestas)  
 VALOR UNITÁRIO EMBALAGEM (com IPI) = R\$ 753,28 + 75,3280 (10% IPI) = R\$ 828,6080  
 VALOR UNITÁRIO POR CESTA = R\$ 828,6080 ÷ 50 = **R\$ 16,5722**  
 VALOR TOTAL PARA 1500 REAÇÕES = R\$ 16,5722 x 1500 = R\$ 24.858,2400

### 4) INSUMO D (ClickFit Microtube 1.5ml – código V4745)

VALOR COTADO (sem imposto IPI) = R\$ 10.272,00 (15 embalagens com 100 tubos, cada)  
 VALOR UNITÁRIO EMBALAGEM (sem imposto IPI) = R\$ 684,80  
 VALOR UNITÁRIO EMBALAGEM (com IPI) = R\$ 684,80 + 68,48 (10% IPI) = R\$ 753,2800  
 Valor unitário por cesta = R\$ 753,2800 ÷ 100 = **R\$ 7,5328**  
 Total para 1500 reações com IPI = R\$ 7,5328 x 1500 = R\$ 11.299,2000

**# VALOR UNITÁRIO DE UMA DE REAÇÃO COMPLETA** (soma dos valores unitários dos Insumos A+B+C+D): R\$ 41,2396 + R\$ 12,2729 + R\$ 16,5722 + R\$ 7,5328 = **R\$ 77,6174**

**# VALOR REQUERIDO PARA 1500 REAÇÕES:** 77,6174 X 1500 = **R\$ 116.426,1000**

**CARACTERÍSTICA DO INSUMO:** Para este fornecedor o único insumo (PREPFILER FORENSIC DNA, CÓDIGO 4441352) possui todo o



<p>Cotação 02</p> <p>Cnpj: 63.067.904/0005-88</p>	<p>necessário para realizar uma unidade de reação, como os reagentes, cestas e microtubos.</p> <p><b><u>INSUMO ÚNICO (PREPFILER FORENSIC DNA código do produto 4441352)</u></b></p> <p>VALOR COTADO = R\$ 96.135,00 (29 Kits, com 52 reações, cada).  VALOR UNITÁRIO DO KIT = R\$ 3.315,00 (52 reações)  VALOR UNITÁRIO DA REAÇÃO = R\$ 3.315,00 ÷ 52 = <b>R\$ 63,7500</b>  Total para 1500 reações = 63,7500 x 1500 = R\$ 95.625,0000</p> <p>* o valor encontrado (R\$ 95.625,0000) é menor que o valor cotado na proposta comercial (R\$ 96.135,00) porque a quantidade de reações desejadas (1500 reações) não é divisível pela apresentação do produto, que é 52 reações. O quantitativo de 28 kits multiplicado pela apresentação de 52 reações = 1456 reações. O fornecedor não fraciona o produto, portanto para atender 1500 reações, foram demandados 29 kits, no valor de R\$ 96.135,00. O valor de R\$ 95.625,0000 é para as exatas 1500 reações previstas na aquisição.</p> <p><b># VALOR UNITÁRIO DE UMA DE REAÇÃO COMPLETA (Insumo único):</b>  <b>R\$ 63,7500</b></p> <p><b># VALOR REQUERIDO PARA 1500 REAÇÕES):</b> 63,7500 X 1500 = <b>95.625,0000</b></p>
<p>Cotação 03</p> <p>Cnpj: 01.334.250/0003-92</p>	<p><b>CARACTERÍSTICAS DOS INSUMOS:</b> Para este fornecedor, o somatório de uma unidade de dois insumos distintos, perfazem juntos, uma unidade de reação: Unidade do INSUMO A (Investigator Lyse &amp; Spin Basket) + Uma unidade do INSUMO B (EZ1&amp;2 DNA Investigator Kit).</p> <p><b><u>1) INSUMO A (Investigator Lyse &amp; Spin Basket- CÓDIGO 19598)</u></b></p> <p>VALOR COTADO = R\$ 7.878,00 (06 Kits, com 250 reações cada)  VALOR UNITÁRIO DO KIT = R\$ 1.313,00 (250 reações)  VALOR UNITÁRIO POR REAÇÃO = R\$ 1.313,0 ÷ 250 = <b>R\$ 5,2520</b>  TOTAL PARA 1500 reações = 5,2520 x 1500 = R\$ 7.878,0000</p> <p><b><u>2) INSUMO B (EZ1&amp;2 DNA Investigator Kit- CÓDIGO 952034)</u></b></p> <p>VALOR COTADO = R\$ 101.248,00 (32 Kits, com 48 reações, cada)  VALOR UNITÁRIO DO KIT = R\$ 3.164,00 (48 reações)  VALOR UNITÁRIO POR REAÇÃO = R\$ 3.164,00 ÷ 48 = <b>R\$ 65,9167</b>  TOTAL PARA 1500 reações = R\$ 65,9167 x 1500 = R\$ 98.875,0000</p> <p>* o valor encontrado (R\$ 98.875,0000) é menor que o valor cotado (R\$ 101.248,00) porque a quantidade de reações desejadas (1500) não é divisível pela apresentação do produto, que é 48 reações. O quantitativo de 31 kits multiplicado pela apresentação de 48 reações = 1488 reações. O fornecedor não fraciona o produto, portanto para atender 1500 reações, foram demandados 32 kits, no valor de R\$ 101.248,00. O valor de R\$ 98.875,0000 é para as exatas 1500 reações previstas nesta aquisição.</p> <p><b># VALOR UNITÁRIO DE UMA DE REAÇÃO COMPLETA (Insumos A + B):</b>  <b>R\$ 5,2520 + R\$ 65,9167 = R\$ 71,1687</b></p>

		# VALOR REQUERIDO PARA 1500 REAÇÕES: 71,1687 X 1500 = R\$ 106.753,0500
	MÉDIA	Unitária: R\$ 70,8454 Geral: R\$ 106.268,1000
TOTAL PREVISTO PARA A AQUISIÇÃO: R\$ 817.254,4234 (Oitocentos e dezessete mil duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e dois centavos)		

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- 10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.
  - 11.2.1. A Orientação Normativa AGU nº 20, de 2009, informa que: “ *Na licitação para Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato*”. (Redação mantida pela Portaria AGU n.º 575, de 16 de dezembro de 2024).

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

### 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

O presente item trata de regramento para instrumento substitutivo de contrato, o que não se aplica, pois serão firmados contratos com todas as empresas adjudicadas no futuro pregão eletrônico.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

### 14. ANEXO II Termo de Ciência e Concordância

Não se trata de contratação direta, portanto não é possível a ciência e concordância com o Termo de Referência nesta fase preparatória anterior ao pregão, pela impossibilidade de identificar o contratado. Tal identificação somente será possível após o pregão eletrônico.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LUIZ GUILHERME BARROS COCENTINO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 18/11/2025 às 14:54:14.*

**APOENA DE OLIVEIRA LOPES**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 18/11/2025 às 14:56:17.*

**RENATO TEODORO FERREIRA DE PARANAIBA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 18/11/2025 às 15:14:11.*

**MAURICIO PIMENTA MAGALHAES**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 18/11/2025 às 14:48:27.*

**DIANA VILAS BOAS E SILVA**

Membro da comissão de contratação

**ROBERTO REIS MONTEIRO NETO**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 19/11/2025 às 14:46:24.*